

Entre textos e contextos: história, cânone literário e a didatização da literatura piauiense¹

*Pedro Pio Fontineles Filho*²

Resumo: O trabalho tem o objetivo principal de compreender o papel da elaboração de livros e materiais didáticos na (re)construção da história da literatura, especialmente da literatura piauiense. Nos processos de didatização, é possível perceber a movimentação do campo literário na constituição, e até mesmo disputas, do cânone literário. Para tanto, alguns manuais didáticos foram analisados, com o intuito de perceber os direcionamentos de entendimento e interpretação sobre a história da literatura e sobre a escrita dos literatos. Foi possível considerar que, a elaboração de livros e materiais didáticos, impulsionados por demandas como os processos seletivos para ingresso de estudantes em universidades, em fins da década de 1990 e início dos anos 2000, (re)criam e (re)definem o cânone literário, ao destacar e/ou silenciar a atuação literária dos escritores. Além disso, tal didatização dá indícios que possibilitam vislumbrar traços das práticas socioculturais que incidem sobre a leitura e, em larga medida, o leitor.

Palavras-chave: História; Literatura; Cânone; Intelectualidade; Didatização.

Abstract: The main objective of the work is to understand the role of the creation of books and teaching materials in the (re)construction of the history of literature, especially Piauí literature. In the didacticization processes, it is possible to perceive the movement of the literary field in the constitution, and even disputes, of the literary canon. To this end, some teaching manuals were analyzed, with the aim of understanding the directions of understanding and interpretation of the history of literature and the writing of literati. It was possible to consider that the creation of books and teaching materials, driven by demands such as the selection processes for students to enter universities, in the late 1990s and early 2000s, (re)create and (re)define the literary canon, by highlighting and/or silencing the literary performance of writers. Furthermore, such teaching provides evidence that makes it possible to glimpse traces of sociocultural practices that affect reading and, to a large extent, the reader.

Keywords: History; Literature; Canon; Intellectuality; Didacticization.

Between texts and contexts:
history, literary canon and the teaching of Piauí literature

¹ O texto é um fragmento do último capítulo da Tese de Doutorado em História Social, defendida na UFC, no ano de 2016, que foi adaptada para a publicação do livro *A Letra e o Tempo: a escrita de O. G. Rego de Carvalho entre a ficção e a história da literatura*, publicado em 2017.

² Doutor em História Social pela UFC. Mestre e Especialista em História do Brasil pela UFPI. Graduado em História pela UESPI. Graduado em Letras-Inglês pela UFPI. Professor do Mestrado e do Doutorado do ProfHistória/UESPI. Professor do Mestrado e do Doutorado do PPGHB/UFPI. Professor do Curso de História da UESPI/Campus Clóvis Moura. Membro do Grupo de Pesquisa em História e Educação – GPEHED/UESPI.

Introdução

De um ponto de vista normativo, penso que se pode dizer que, no universo cultural, como em toda parte, enquanto há luta, há esperança. Atualmente, onde há uma ortodoxia, um monopólio da leitura legítima, um monopólio absoluto, não há mais leituras e frequentemente nem mesmo leitores (Bordieu; Chartier, 2001, p. 251).

Observar as edições didáticas, ou melhor, a didatização da literatura, é observar as próprias práticas de leitura e a história da literatura. Tal trabalho didático deve ser percebido para além das listagens, das cronologias de autores e obras, pois “contar títulos e edições, no entanto, não basta: é preciso também detectar os gestos que eles recomendam ou estigmatizam” (Chartier, 2003, p. 172). Assim, os manuais, coletâneas, antologias devem ser analisados como instrumentos que produzem gestos e práticas de leitura, pois dão direcionamentos à própria leitura.

As edições didáticas dão indícios do momento no qual elas são produzidas. São textos fomentados a partir de determinadas circunstâncias. Os textos não podem ser estudados aquém dos seus suportes e de seus contextos de leitura. Exemplo disso são as próprias edições didáticas, que são elaboradas para atender a uma demanda, a um público, a um objetivo. Os vestibulares e seus similares deram suportes ou justificativas para que professores e estudiosos produzissem textos e livros que visassem a responder as exigências daqueles testes. O livro *Presença da Literatura Piauiense nos Vestibulares* (2000 e 2001), de Luiz Romero Lima, é um bom indício dessa relação.

Francisco Miguel de Moura, no ano de 2001, publicou o livro *Literatura do Piauí*, fruto de convênio entre a Academia Piauiense de Letras e o Banco do Nordeste. Trata-se de um livro que também pretende alcançar, principalmente, professores e alunos. Ele assim explica a proposta do livro:

Não obstante a teoria contida nas suas primeiras páginas, este é um livro prático, mas ao mesmo tempo abrangente. É que pretende ser também uma introdução ao estudo da literatura.

Portanto, professor e aluno têm em mãos, um compêndio para o estudo da literatura do Piauí, com mostras de textos dos autores consagrados e as consequentes situações do momento histórico-literário em que foram produzidos.

Em suma, “Literatura do Piauí” não é apenas um livro que aborda a arte literária por piauienses nascidos (ou adotados) aqui ou alhures, com base na terra, nas lendas, nas estórias e coisas desta parte do Brasil, especialmente no seu jeito de ser e dizer. Os textos foram escolhidos segundo critérios há muito consolidados: o estético, o histórico e o sociológico. Aliados, embora

estabelecido o comando do primeiro, fez-se o melhor esforço para apresentar algo novo dentro de um território tão explorado.

Assim, em muitos casos “Literatura do Piauí” servirá como livro de classe, noutros de pesquisa, e finalmente como livro de leitura pelos que apreciam a literatura sem compromisso maior.

Foram alguns anos pensando, lendo, falando e escrevendo sobre o assunto, para chegar a este resultado, com o qual se espera agradar não a gregos e troianos, que é impossível, mas a uma boa parcela daqueles que precisarem do que aqui está reunido em forma de teoria, história e arte.

Com as escusas pelas falhas que porventura venham a ser encontradas, pois a perfeição é apenas um ideal humano, o Autor pede a colaboração dos leitores e consulentes, para que no futuro passa saneá-las (Moura, 2001, p. 09-10).

O aspecto “prático” é salientado por Miguel de Moura no intuito de se aproximar de uma organização didática da literatura, sem desconsiderar as dimensões da teoria e dos conceitos. Nesse sentido, as questões de fronteira continuam sendo veiculadas, sobretudo no que se refere às identidades, ao ser ou não ser “do Piauí” ou “piauiense”. Miguel de Moura, contrariando os argumentos de Adrião Neto, que, em seu livro *Literatura Piauiense para estudantes* (1996), desconsidera a “piauiensidade” da obra de Ovídio Saraiva, tenta ampliar esse conceito, alargando os próprios critérios. Vale chamar a atenção para o distanciamento temporal entre a primeira edição de cada livro. O de Adrião Neto data de 1996 e o de Miguel de Moura é de 2001. Nesse interstício, o debate, colocado em destaque com os posicionamentos de O. G. Rego de Carvalho, sobre periodizações e sobre a existência da “Literatura Piauiense” e o que a caracteriza, recriou conceituações, ou pelo menos foi potencializado.

Os vestibulares, principalmente os das universidades públicas, fomentaram a organização e produção de livros/manuais voltados para o estudo da literatura, conforme o cronograma de exigência de cada edição dos vestibulares. Nesse sentido, professores como Alex Romero, Luiz Romero e Jorge Alberto se tornaram referências na publicação de livros especificamente voltados para os vestibulares da Universidade Estadual do Piauí – UESPI e para a Universidade Federal do Piauí – UFPI. São livros que se dispersaram e seu acesso se tornou difícil. Em parte, isso se justificaria pela característica “passageira” e “efêmera” de tais livros, visto que o seu objetivo seria preparar o leitor para realizar o exame vestibular. No ano seguinte, ele teria que buscar o livro que continha as informações das outras obras exigidas no exame. Assim, ao cumprir sua função, o livro seria esquecido em alguma estante, gaveta ou mesmo descartado. Para o presente estudo, ainda foram encontrados alguns exemplares, que contemplam os vestibulares de 2006 e de 2007, da UFPI e os vestibulares de 2007, 2008 e 2009 da UESPI.

A hora e a vez da didática: literatura, manuais didáticos e a formação de leitores

A presença da Literatura nos exames vestibulares constitui parte da história dos processos de ingresso ao Ensino Superior no Brasil, pois contribuiu, em larga medida, para:

a) a (suposta) formação de um público leitor, que, sob a pressão do exame, precisava cumprir certo programa de leituras (consignado por meio das listas de textos e obras indicados) e atender a certa expectativa quanto aos conteúdos mínimos concernentes a essa dimensão curricular da disciplina de Língua Portuguesa; b) a disseminação ou permanência de certo modelo de verificação de leituras literárias realizadas a partir de indicações prévias de textos e obras, internalizado e repetido pelos candidatos e seus professores, pelos materiais didáticos e pelos cursos preparatórios (modelo no qual o que se pode dizer sobre uma obra é o que pode ser demonstrado sem margem para dúvidas ou hesitações, é o que pode ser medido e quantificado – e, enfim, no qual a subjetividade deve ser minimizada ou extirpada); e c) a consolidação de certa abordagem didática (que, no restrito tempo escolar, dá conta de garantir o cumprimento de um programa de leituras e o ensino de certos conteúdos considerados indispensáveis, e dissemina a ideia de que o que é relevante na lida com o texto literário é o que pode ser demonstrado, medido e quantificado, em detrimento de opiniões ou impressões pessoais) (Dalvi *et al.*, 2015, p. 217).

Segundo Maria Dalvi, citando William Roberto Cereja, as Universidades de São Paulo – USP e Unicamp foram as pioneiras no quesito da exigência da leitura literária em seus editais de vestibulares, na década de 1980. Nesse sentido, “a lista de textos e obras literárias a serem lidas tentou restringir a gama de possibilidades direcionadas às provas até então” (Dalvi *et al.*, 2015, p. 217). Isso não significa dizer que, em anos anteriores, a literatura não se fazia presente nos vestibulares. Havia publicações de sentido mais “genérico” sobre a literatura, voltada para vestibulares. Em 1964, por exemplo, em Porto Alegre, havia a publicação de volumes acerca da Literatura Brasileira, de autoria do Professor Édison de Oliveira. Os volumes eram intitulados de *Literatura Brasileira: vestibular de Direito e Letras* (Oliveira, 1964). Os volumes não se propunham a analisar obras específicas, mas, sim, fazer uma caracterização de escolas literárias e seus principais representantes. Não traziam questões a serem resolvidas. Um grupo de professores do Rio de Janeiro publicou um livro/manual voltado para o vestibular, intitulado *Literatura no Vestibular* (Vasconcelos *et al.*, 1975), para a edição do exame no ano de 1975. Nesse livro, são discutidas obras específicas: *Espumas Flutuantes*, de Castro Alves; *Senhora*, de José de Alencar; *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida; *Martim-Cererê*; de Cassiano Ricardo; e *Os Cavalinhos de Platiplanto*, de José J.

Veiga. Ao /final do livro, são disponibilizadas 250 questões objetivas. Os autores justificam a proposta do livro, afirmando:

Este livro destina-se aos candidatos às universidades, no vestibular de 1974, a ser realizado em janeiro de 1975.

Há muitos anos, convivemos com os vestibulandos. Nós já passamos por vários cursos pré-vestibulares. Criamos o hábito de ajudar nas aprovações, aprendemos a sofrer, a rir, a chorar, a pular de alegria quando saem os resultados das provas.

Por isso, há tempo que nos identificamos com o vestibulando, com a sua luta, a sua força de vontade, com o seu ideal de vitória.

Para ajudarmos um pouco mais, lançamos este livro. Simples, muito pretensioso e muito sincero. Com análises, comentários, interpretações e muitos exercícios com as respectivas respostas.

Afinal, a nossa prática, depois de tantos anos nos mais famosos cursos pré-vestibulares da Guanabara, permite o livro, seu conteúdo profundo, sua linguagem simples, sincera e verdadeira. Quem nos conhece sabe como somos nós.

E como sempre fizemos, nas salas de aula, nos corredores, nos pátios, na rua, em casa, em todo lugar, apertamos a mão de vocês todos que pretendem, com honestidade, vencer na vida.

Desejando felicidades, sucesso, e deixando, aqui, o abraço de sempre (Vasconcelos *et al*, 1975, p. 05).

Pela apresentação do livro, os autores deixam claro que o alvo da publicação são os estudantes que prestariam o exame vestibular. Algo interessante a ser notado é que eles recorrem às suas tradições como professores, para legitimar a validade da publicação. Assim, o livro assume o seu sentido de uma construção para além do texto em si, pois retoma os demais suportes, discursos e práticas que o engendram.

Mencionar esses dois livros tem o propósito de endossar o argumento de que havia produções com a leitura da literatura para os vestibulares, em momentos anteriores à década de 1980, e em outras universidades e estados do país. A literatura aparecia, mas sem a obrigatoriedade e a regularidade de uma lista prévia, que a Unicamp, especialmente, inaugurava e que as outras universidades brasileiras começaram a seguir.

Segundo Claudete Amália Segalin de Andrade, a exigência da leitura de literatura, em fins da década de 1980 e início da década de 1990, como conteúdo obrigatório, se deu “em função da baixa qualidade da expressão escrita verificada na produção das redações e das questões dissertativas” (Andrade, 2003, p. 34) em exames anteriores. Essa transformação, por meio da obrigatoriedade da leitura da literatura é marcante nos exames vestibulares e no próprio *status* da literatura, pois

A presença da leitura obrigatória – entendida assim mais por estar entre os conteúdos para a prova do vestibular do que propriamente por algum recurso institucional – transformou o próprio sentido desse exame. De uma prova de seleção para ingresso no ensino superior, ele passou, por um lado, a ser uma instância de avaliação, por outro, uma instância de mediação. No primeiro caso, avalia o ensino da literatura no nível médio; no segundo, promove a obra e o autor indicados através de condições materiais para sua difusão e divulgação (Andrade, 2003, p. 14).

Claudete Amália Andrade considera que a exigência obrigatória da leitura de literatura para o vestibular, “além de representar um esforço para a melhoria do desempenho linguístico do candidato, surge como um recurso para o estudante ampliar o seu repertório cultural” (Andrade, 2003, p. 52). Assim, ao tornar a leitura em um item obrigatório, o vestibular encarna, além de seu caráter avaliativo, o papel de mediador entre o texto literário e o público leitor. Isso, de certa forma, teria favorecido a difusão e divulgação de obras e autores, bem como a disseminação, circulação e consumo da literatura.

Uma questão a ser ressaltada, no que se refere à literatura exigida pelos vestibulares, é a noção de formação de leitores. O leitor está, ou deveria estar, em formação ao longo da educação básica e não pode ser “despertado” ou “formado” somente no momento do exame. Por esse diapasão, “o vestibular não tem o papel de “formar leitores” nos mesmos parâmetros que o processo educacional na educação básica” (Davi *et al*, 2015, p. 221). As indicações de uma lista de livros para os exames vestibulares pode gerar diferentes entendimentos e recepções entre professor e aluno-candidato, ao passo que

[...] para o primeiro, as listas de justificar a importância dessa aquisição por razões culturais e relativas ao apuro da expressão escrita, para o candidato, elas representam a necessidade de consumir, de modo rápido e facilitado, mais um conteúdo para a prova (Andrade, 2003, p. 88).

Foi na interseção desses entendimentos que a maioria dos livros/manuais, voltados para o vestibular, foi publicada. Basta perceber que, em geral, são os professores os autores e organizadores dessas edições didáticas e que o público alvo principal é constituído de estudantes e candidatos. Esse misto de interesses pode ser observado naquilo que defendem os professores Luiz Romero, Alex Romero e Jorge Alberto, em uma de suas edições didáticas voltadas ao vestibular, quando advertem ao leitor:

Não leia somente os resumos e os comentários. [...] O livro é o cúmplice perfeito para o exercício de cultura geral.

Para dizer a verdade, o que nos impulsiona para a carreira e o crescimento pessoal é o acúmulo de leituras, o uso do idioma quer falando ou escrevendo. As chances de ascensão melhoram quanto maior é o vocabulário que o leitor domina. Além disso, a leitura nos torna atraentes e agradáveis. Quanto maior o repertório, mais capacidade e segurança profissional temos para novas ideias (Lima *et al.*, 2008, p. 05).

A obrigatoriedade da leitura de literatura no vestibular dá um novo contorno à literatura, pois ela passa, agora, por duas mediações: o vestibular, que traz textos de literatura para o universo da leitura; e o professor, que se torna o agente direto dessa promoção. E essa mediação por parte do professor vai além das aulas em sala de aula, chegando aos textos e livros preparados para o vestibular.

Os livros com o teor de organização da literatura de forma didática devem ser vistos, também, como instrumentos de disciplinarização do ensino da literatura, como disciplina escolar. O foco, no entanto, está em sua didatização, visto que

[...] o que se pode criticar, o que se deve negar não é a escolarização da literatura, mas a inadequada, a errônea, a imprópria escolarização da literatura, que se traduz em sua deturpação, falsificação, distorção, como resultado de uma pedagogização ou uma didatização mal compreendidas que, ao transformar o literário em escolar, desfigura-o, desvirtua-o, falseia-o (Soares, 2011, p. 22).

Essa didatização ocorre nos manuais e livros pensados e preparados para um objetivo prático, cumprindo um cronograma e almejando a um resultado, como os vestibulares. Nesse sentido, a abordagem literária, com a objetivação primeira de alcançar um fim pragmático transforma a própria literatura, visto que “quando passamos o estilo de um gênero para outro, não nos limitamos a modificar a ressonância deste estilo graças à sua inserção num gênero que não lhe é próprio, destruimos e renovamos o próprio gênero” (Bakhtin, 2000, p. 286).

Por esse viés, aceitando-se a proposta do livro, com suas sugestões de questões a serem respondidas, bem como a organização e cronologia de autores e obras para tal fim, deve-se pensar que o livro é mais de cunho didático e escolar que propriamente de reflexão literária. Por outro lado, desconsiderando-se sugestões de questões e cronologias e tomando somente os textos de literatos citados pela coletânea ou antologia, é possível visualizar o texto literário. Isso demonstra que os sentidos do texto dependem dos propósitos das leituras que são feitas sobre ele.

A didatização da literatura, por meio do livro didático ou manuais, tem sua importância na compreensão da história da leitura, visto que esse livro,

[...] talvez mais ostensivamente que outras formas escritas, forma o leitor. Pode não ser tão sedutor quanto às publicações destinadas à infância (livros e histórias em quadrinhos), mas sua influência é inevitável, sendo encontrado em todas as etapas da escolarização de um indivíduo: é cartilha, quando da alfabetização; seleta, quando da aprendizagem da tradição literária; manual, quando do conhecimento das ciências ou da profissionalização adulta, na universidade (Lajolo; Zilberman, 2009, p. 121).

A didatização da literatura, assim, está relacionada a diferentes públicos, com intencionalidades plurais. Não somente aos públicos consumidores, mas, também, àqueles que produzem os textos didáticos, com suas filiações teóricas, ideológicas e institucionais.

Juliana Menezes (2008) afirma que, ao longo da formação do ensino médio e das exigências dos vestibulares, há o prejuízo na formação dos leitores. Sem a devida observação dos princípios estéticos, com a valorização de provas estritamente memorialistas, dos sistemas seriados e da compartimentação das matérias, surge uma significativa consequência: a falta de interesse pela leitura de literatura.

A Literatura, edições didáticas e as questões de cânone

Assim como a mudança de leitura para os vestibulares, as obras ou edições didáticas, também contribuem para entender os conflitos e diálogos concernentes ao cânone. Os professores Luiz Romero, Alex Romero e Jorge Alberto, na apresentação de uma das edições didáticas voltadas para o vestibular, deixam transparecer essa atenção com o cânone:

É bom encontrar autores novos, aqueles que estão fora de leituras consideradas canônicas. Na lista obrigatória do vestibular UESPI, temos a autora pioneira da literatura afro-brasileira acompanhada de outros da nossa literatura como Júlio Romão e Palha Dias.

O romance de Maria Firmina dos Reis foi atualizado, linguisticamente, somente o prólogo e os dois primeiros capítulos. O restante ficou muito próximo do original ara que o leitor tenha conhecimento do momento histórico e linguístico. Convém ao leitor ler com postura e concentração para o máximo de proveito (Lima *et al*, 2008, p. 05).

Na reflexão sobre as transformações e manutenções do cânone, com a inclusão de “novos nomes” no campo de circulação e consumo de autores, Fidelis afirma que

[...] ao lado desses autores ‘inquestionáveis’ aparecem autores que ora figuram, ora não figuram em certos momentos no cânone literário e, portanto, movimentam-se na órbita desse núcleo relativamente estável. No entanto, não se pode compreender o cânone como fixo, fechado e pronto. As obras vão e vem a depender dos mecanismos utilizados no momento da escolha (Fidelis, 2005, p. 03).

É nesse jogo de quem entra e quem sai no espaço canônico que está uma das regras que impulsionam o próprio campo literário. O cânone, assim, é constituído, mantido ou renovado, conforme situações, momentos e interesses. Seria, então, uma questão de reconhecimento? O. G. Rego de Carvalho, em entrevista no ano de 1986, se posicionou sobre isso, destacando que

O problema do reconhecimento é um problema até interessante. Muitas vezes, o autor morre no anonimato, como é o caso de Sousândrade, que morreu deixando uma obra quase desconhecida, e só depois de sua morte é que se viu como tinha realizado um grande trabalho. Então, esse problema de ser reconhecido em vida é secundário. O importante é que o autor se compeetre que está fazendo ora para a eternidade – não escrever para o consumo de hoje, não colher – como diz Rui Barbosa muito bem -, “não colher o couve para o alimento de hoje, mas plantar o carvalho para a segurança do amanhã” (Carvalho, 2007, p. 330).

No mesmo ensejo da entrevista, O. G. Rego de Carvalho se diz satisfeito e realizado como escritor, pois com três livros conseguiu a “simpatia muito grande da crítica e do público, não só do Piauí como fora dele” (Carvalho, 2007, p. 330). Com essa afirmação, o literato parece indicar já ter conquistado certo espaço no cânone literário.

Além da preocupação com os aspectos canônicos, os autores da edição didática, direcionada para o vestibular, mencionam postura do leitor, no que se refere à leitura das obras. Para eles, o ideal é que se leia o livro dos literatos na íntegra e não ficar somente nos resumos e comentários. Seria uma reflexão sobre a leitura para além dos subterfúgios para a resolução de atividades gramaticais e de produção textual. A leitura não deve ser vista “como uma coleção indefinida de experiências irreduzíveis umas às outras” (Chartier, 2002, p. 121), visto que, nas interações sociais, há interpretações e construções de conhecimentos diferentes. Esse tipo de leitura compartimentada e fragmentada, em certa medida, parece estar reproduzido na organização dos livros de caráter didático.

O livro *UESPI 2008/2009*, dos professores Luiz Romero, Alex Romero e Jorge Alerto, está dividido em seções: Literatura Brasileira (*Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis; *Esauí e Jacó*, de Machado de Assis; *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles; *O Vampiro de*

Curitiba, de Dalton Trevisan), Literatura Piauiense (*Sangue*, de Da Costa e Silva; *A Mensagem do Salmo*, de Júlio Romão da Silva; *Os Irmãos Quixaba*, de William Palha Dias) e Literatura Portuguesa (*Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco; *Mensagem*, de Fernando Pessoa), conforme os livros da lista obrigatória do vestibular 2008/2009, da UESPI. No livro, são apresentados o resumo biográfico de cada autor, caracterização das escolas literárias nas quais são vinculados, uma breve contextualização histórica da vida e obra de cada autor e obra, bem como a disposição de questões objetivas a serem resolvidas, acompanhadas do gabarito oficial.

Essa divisão aponta, ainda, para as dimensões de fronteira da literatura, com as compartimentações e enquadramentos dos autores de acordo com critérios espaciais e geográficos, sobretudo no que tange ao “nacional” e ao “local”. Esse tipo de divisão parece estabelecer uma identidade estável e fixa, desconsiderando que se trata de uma construção móvel e historicamente construída. Como chama atenção Stuart Hall (2006), é nessa mobilidade das identidades que se percebe sua formação e transformação contínua.

O cânone da historiografia literária negocia aquilo que pode ser apagado ou pode ser mantido. Nesse sentido, é importante lembrar que o que torna uma obra canônica não é ela mesma, por si mesma. São os suportes, em geral institucionais, que promovem esse status. Assim, os vestibulares, e as edições didáticas voltadas para a realização dos exames, podem ser mecanismos dessa mediação institucional.

Em edições anteriores, os mesmos professores Luiz Romero, Alex Romero e Jorge Alberto apresentaram e justificavam a publicação de seu material didático voltado aos vestibulares, chamando a atenção para a Leitura em si. Segundo eles,

O livro é um prolongamento da nossa imaginação e os sonhos estão no meio dele porque ler é sujeitar-se a um tempo diferente. Talvez seja justamente esse um dos maiores benefícios que o livro traz. Primeiro, porque quem lê como que “ganha” o tempo pra si. O leitor consegue controlar e fazer dele o que bem desejar.

A leitura acaba atuando como um fator de qualidade de vida. Quem apanha um livro em busca de uma resposta, em geral, pouco ou nada encontra. Quem lê por trazer, movido por interesse e curiosidade pelo mundo, recebe de volta o poderoso estímulo da “identificação” que provém da arte, e aí, sim, a realidade pode ser, se não transformada, compreendida com maior profundidade.

A leitura é a mais eficaz ação contra o embotamento induzido por automatismo de linguagem. A poesia, em particular, pode exercer uma ação desbloqueadora de percepção sobre a vida (Lima *et al*, 2006, p. 01).

Os autores intitularam essa apresentação de “Ganhe Tempo”, fazendo menção aos ganhos que o leitor tem com as horas de leitura. No entanto, por se tratar de um livro de resumos e comentários, com o intuito de ser mais um suporte de preparação para um exame vestibular, a recepção desse título pode abarcar a noção de que o candidato “ganharia tempo”, sem ter que ler todos os livros indicados na íntegra. Tentando minimizar essa interpretação desse título, na edição do ano seguinte, para o vestibular de 2007, os professores, na apresentação, intitulada “Silêncio e Solidão”, dizem que “ler requer postura e concentração; prazer e dedicação. Não leia somente os resumos. É comodismo. Ganhe mais segurança pela leitura da obra” (Lima *et al*, 2006, p. 01). Retomando a ideia do ganho de tempo, eles afirmam que,

No mundo inteiro, a leitura é a atividade relacionada à aquisição de informações que menos toma o tempo das pessoas. É uma atividade solitária, em todos os sentidos. Requer silêncio e concentração do leitor, exigindo comprometimento e engajamento do sujeito com aquilo que se lê.

A leitura perde feio para a televisão, que ocupa o dobro do tempo na vida das pessoas. Elas não têm ideia de que a própria essência da literatura, da imaginação e do sonho é a possibilidade do impossível. Na literatura, o que não existe passa a existir pela simples menção.

É esse o seu maior poder: a imaginação é a única forma – uma forma criativa – dada ao homem para lidar com a impossibilidade. E basta imaginar a impossibilidade para torná-la possível (Lima *et al*, 2006, p. 01).

Essa preocupação na elaboração de edições com teor didático, com direcionamento a um público, não é uma prática exclusiva da realidade cultural, educacional e literária no Piauí. Em 1998, por exemplo, Oswald Barroso e Alexandre Barbalho lançam a segunda edição do livro *Letras ao Sol*, justificando que: “Letras ao Sol é uma antologia da literatura artística cearense, de interesse geral, mas particularmente voltada para o ensino do 2º Grau” (Barroso; Barbalho, 1998, p. 09). Assim como a maioria das antologias e edições didáticas, eles explicam a escolha dos autores, afirmando que se trata de “uma antologia seletiva, que procura reunir os autores (nascidos no Ceará ou que aqui residiram por longo tempo) mais representativos dos vários períodos de nossa história literária, desde seu início até o final dos anos 70” (Barroso; Barbalho, 1998, p. 09). Vê-se, então, que a identidade literária é tomada a partir do critério geográfico-espacial. Ao final do livro, os autores disponibilizam questões subjetivas a serem respondidas, lançando a “Proposta Geral de Atividades e Exercícios”, na qual elencam o que consideram serem as atitudes mais adequadas para a leitura de um texto, como atividade de sala de aula.

Nesse sentido, o estudo das edições didáticas é importante para compreender, também, aquilo que os seus produtores entendem sobre o universo da leitura e da literatura. Isto é, faz parte da construção da história da leitura e da literatura. E nesse processo estão presentes diferentes agentes, sejam eles institucionais ou literários propriamente ditos.

Em 1997, na quarta edição de *Visão Histórica da Literatura Piauiense*, Herculano Moraes faz um balanço da produção literária no Piauí, apontando, segundo ele, avanços e limites. Para tanto, ele assevera que

Nos últimos trinta anos ocorreu no Piauí uma revolução literária sem precedentes na história cultural do Estado.

Instituições tradicionais como a Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, Academia Parnaibana de Letras, Academia de Letras do Vale do Longá, Academia de Letras da Região de Picos, Instituto Histórico de Oeiras incorporaram-se ao esforço desenvolvido, com excelentes resultados, pela Fundação Cultural Monsenhor Chaves e Universidade Federal do Piauí, abrindo amplos espaços às edições literárias de qualidade, melhorando significativamente o acervo bibliográfico do Estado.

Houve, no período, a definição de uma tendência já observada no final da década de 80 – o interesse pela pesquisa histórica e pela investigação das raízes mais profundas de nossa cultura social.

Coube à Universidade, notadamente na reitoria do professor Charles Carvalho Camilo da Silveira, o principal papel de estimular a pesquisa, acionando a gráfica da Fufpi, sob o firme e criterioso comando dos professores Fabiano de Cristo Rios Nogueira e Manuel Gualberto Soares, à publicação de obras classificadas de fundamentais da nossa literatura. Desse modo, o sério, intenso e dedicado trabalho dos professores do Departamento de Letras do CCHL, completou o projeto, legando às gerações reedições de obras valiosíssimas, como *Poemas*, de Ovídio Saraiva de Carvalho, fundador da Literatura Piauiense, cuja primeira edição saiu em 1808, em Coimbra (Portugal); *Ataliba – o Vaqueiro*, de Francisco Gil Castelo Branco, considerado o primeiro romance piauiense a tratar da temática da seca, e algumas teses sociais que consolidam o esforço da Universidade em reconhecer e proclamar os valores mais significativos de nossa cultura literária (Moraes, 1997, p. 11-12).

O papel latente da Universidade, como destacou Herculano Moraes, no incentivo às publicações dos literatos, tornar-se-ia mais presente quando, ainda na década de 1980, começa a abordar autores e obras da considerada “literatura piauiense”, em seus vestibulares. No Ceará, a parceria com as Universidades podem ser observadas, em certo ponto, a partir do livro *Terra da Luz*, organizado por Carlos d’Alge, que, na segunda edição do livro, destaca que, “para a análise crítica de cada autor convocamos 27 colaboradores, escolhidos entre professores das universidades cearenses e alguns analistas que embora não sendo professores possuem reconhecido saber” (D’Alge, 1998, p. 05).

Os materiais didáticos e a história da literatura

A efervescência cultural, pontuada por Herculano Moraes, fez com que os professores, sobretudo os de escolas privadas, começassem a preparar materiais didáticos voltados para tal fim. Eram materiais impressos em forma de apostilas. Segundo Herculano Moraes, frente ao marasmo do Governo do Estado, em relação aos incentivos à publicação e edição de obras de literatos, a escola particular assumiu postura diferente. Isso seria devido ao

[...] infatigável esforço dos professores de português e literatura, que procuraram, onde estivessem, as fontes informativas necessárias. Nesse plano, contaram com o apoio de produtores abnegados, como Cíneas Santos, Kenard Krueel, Wellington Soares e Alcenor Candeira Filho, sempre dispostos a dedicar parte de seu disponível tempo aos interesses da cultura piauiense (Moraes, 1997, p. 12).

Os professores citados por Herculano Moraes, assim como outros não mencionados, lançaram esforços que culminariam, em momentos posteriores, na criação de editoras, como a *Zodiaco*, de Kenard Krueel e *Corisco*, de Cíneas Santos. Wellington Soares, juntamente com os professores Benilde de Castro e Ozias Lima, encabeçou o Projeto Lamparina, que publicou a primeira edição do livro *Como e Por que me fiz escritor* (1989), de O. G. Rego de Carvalho. Esse foi o primeiro e único livro publicado pelo projeto, que não foi adiante. Wellington Soares e os outros dois professores do Projeto Lamparina justificam a publicação da segunda edição do referido livro, salientando os seguintes pontos:

Dentre os vários motivos que nos levaram a reeditar este livreto, estão o fato de a primeira edição ter sido esgotada completamente, a obrigatoriedade do ensino de Literatura Piauiense nas escolas do Estado, a inclusão do nome de O. G. Rego de Carvalho entre os autores a serem cobrados pela FUFPI no vestibular/95 e, finalmente, a retomada do Projeto Lamparina de publicar e lançar os nossos escritores nos estabelecimentos de ensino (Soares *et al*, 1994, p. 09).

Na história da formação literária no Piauí, para Herculano Moraes, foi fundamental a influência dos egressos da Faculdade de Direito de Recife, ainda nos fins do século XIX. Importante também foi a criação das Faculdades de Direito e de Filosofia do Piauí, pois teriam sido espaços de criação e debates intelectuais, de onde saíram muitos literatos, como foi o caso de O. G. Rego de Carvalho. Outras instituições mais recentes, como a Fundação Cultural Monsenhor Chaves e a União Brasileira de Escritores – seccional do Piauí, contribuíram para os debates culturais, notadamente acerca da vida literária. As pautas,

conforme Herculano Moraes, eram acompanhadas de divergências e conflitos de posicionamentos. Ele recorda que, naquela ocasião,

O debate sobre a Literatura Piauiense foi acalorado. Os jovens, na irreverência incontida dos mais ousados, na ansiedade de participar, no desejo de ser e de se afirmar, transformaram-se na peça mais positiva dessa discussão. Desde a “negação” de uma literatura piauiense, passando pela proposta da tese de “uma literatura brasileira de expressão piauiense”, até o protesto por não figurarem em antologias e publicações coletivas, eles foram formidáveis. Alguns saíram do estágio experimentalista, consolidando estilos e demarcando trajetórias. A discussão revelou o interesse de todos em definir algo de concreto (Moraes, 1997, p. 13).

Os que defendiam a ideia da não existência da “literatura piauiense” seguiam, em grande medida, o lastro deixado por O. G. Rego de Carvalho, que, desde as décadas de 1970 e 1980, em entrevistas, já levantava essa problemática e polêmica. O que está em jogo, então, são os encaminhamentos do campo cultural, considerado como mais um espaço de disputas. Esse campo abarca qualquer forma relativa à cultura, na medida em que “os bens culturais podem ser objeto de uma apropriação material, que pressupõe o capital econômico, e de uma apropriação simbólica, que pressupõe o capital cultural” (Bourdieu, 2007, p. 77). A leitura da literatura é, aqui, pensada como bem cultural, ou seja, como uma apropriação simbólica, como mais uma forma de consumo cultural e, também, como capital cultural. Os vestibulares atuam como instrumentos que assumem a leitura imposta, quando colocam a obrigatoriedade das listas de livros e autores. Para Pierre Bourdieu, isso é um campo de luta, pois

É isso que faz com que a analogia entre as lutas intelectuais e as lutas teológicas funcione tão bem. Se o modelo de luta entre o padre *lector* e o profeta *auctor*, que evoquei no começo, se transpõe tão facilmente, é porque, entre outras razões, uma das apostas da luta é a de se apropriar do monopólio da leitura legítima: sou eu que lhes digo sou eu que lhes digo o que está dito nos livros que merecem ser lidos em oposição aos livros que não o merecem. Uma parte considerável da vida intelectual se esgota nessas reversões da tábua de valores, hierarquia das coisas que devem ser lidas. Em seguida, tendo definido o que merece ser lido, trata-se de impor a boa leitura, isto é, o bom modo de apropriação (Bourdieu; Chartier, 2001, p. 242-243).

A leitura, assim, se coaduna com as disputas pelo poder, sobretudo quando tal leitura é “sugerida”, “direcionada” ou “obrigatória”. É um conflito entre leituras autorizadas e leituras negadas, apontado para o aspecto de que

O poder sobre o livro é o poder sobre o poder que exerce o livro. (...) Assim, penso que a luta pelos livros pode ser uma cartada extraordinária, uma cartada que os próprios intelectuais subestimam. Eles estão de tal maneira

impregnados de uma crítica materialista de sua atividade que terminam por subestimar o poder específico do intelectual, que é o poder simbólico, o poder de agir sobre as estruturas mentais e, através da estrutura mental, sobre as estruturas sociais. Os intelectuais esquecem-se de que por meio de um livro se pode transformar a visão do mundo social e, através da visão do mundo, transformar também o próprio mundo social (Bourdieu, 2001, p. 243).

Na disputa e conquista do poder da leitura pelo livro, os alunos e candidatos que, mesmo em meio às leituras autorizadas e negadas, conseguem “dominar” aquilo que tal autorização estipula, destacam-se como vitoriosos. Trata-se, assim, de uma ascensão social por meio de percurso coercitivo que a valorização do texto escrito detém socialmente.

A partir das reflexões de Pierre Bourdieu, é pertinente lembrar que o poder sobre o poder do livro está diluído, mas conectado, entre os suportes da escola, dos professores, das editoras, dos vestibulares, dos autores, leitores e instituições de forma em geral. No caso da produção de edições didáticas, vale dizer que elas respondem à “autorização da leitura” advinda das listas obrigatórias dos vestibulares ou somente dos direcionamentos de leituras, que compõem os resumos e questões de leitura que acompanham os livros literários, como é o caso de alguns de O. G. Rego de Carvalho. Dessa maneira, a leitura negada é considerada improdutiva, pois não segue a um objetivo pragmático.

Todos esses aspectos abordados até aqui são fulcrais para o estudo da trajetória literária, precisamente o que se convencionou chamar de História Literária. Roberto Acízelo de Souza, refletindo sobre tal pauta, afirma que, em decorrência da notoriedade que a história da literatura tem alcançado como instituição pedagógica, ela tem sido qualificada “sob nomes de conjuntos sistemáticos de obras e autores referenciados a tradições linguístico-literárias nacionais, e por isso falamos com tanta naturalidade em *literatura brasileira*, *literatura portuguesa*, *literatura francesa*, etc., etc” (Souza, 2014, p. 09-10). Nesse sentido,

Todos esses conceitos, assim, são produtos da história literária, cuja razão de ser originária foi justamente inventariar esses conjuntos, sistematizar seus elementos, analisa-los, avalia-los e disponibilizá-los em grandes narrativas, materializadas em obras que em geral ostentam no título a expressão História da literatura, especificada por adjetivo pátrio: brasileira, portuguesa, francesa, etc (Souza, 2014, p. 10).

A partir disso, outros adjetivos de demarcação de fronteiras e espaços foram sendo agregados, como literatura regional, literatura local, literatura piauiense. A essas qualificações

segue-se a problematização de que, em geral, esses adjetivos assumem uma explicação em si mesmos, como um objeto dado e acabado, como uma identidade imóvel e hermética.

No tocante ao ensino, Roberto Acízelo, fazendo o resumo da formação da história da literatura brasileira como disciplina, desde o século XIX – no período entre 1805 e 1888 – até o início do século XXI, destaca que, apesar da legislação nacional vigente³ não prescrever a obrigatoriedade de nenhuma disciplina, a organização curricular tem ficado “a critério de cada instituição, os cursos de Letras das faculdades do Brasil continuam ensinando literatura brasileira, e não há sinais de que um dia pretendam deixar de fazê-lo” (Souza, 2014, p. 90).

O ensino da história da literatura está imerso nas problemáticas concernentes aos estudos literários. As edições didáticas, bem como as antologias, sofrem críticas no que se refere à narrativa que enfatiza as cronologias, datas e os “fatos”. No entanto, posturas extremistas fragilizam a compreensão da construção de tais estudos. Assim,

[...] contrariando a tendência majoritária nos estudos literários da atualidade, julgamos que a investigação da literatura, sem renunciar a uma dimensão abstratizante e especulativa, não pode prescindir de contato com coisas concretas (por exemplo, uma data, uma instituição, um processo técnico de composição, etc.), a exemplo de como procede a história. Acreditamos, por conseguinte, que é razoável conceber os estudos literários como um campo acessível por dois caminhos distintos e até um tanto antagônicos, porém passíveis de relativa convergência: o da especulação e o dos fatos (Souza, 2014, p. 93).

Nas edições didáticas e antologias até aqui analisadas, mostram uma maior tendência de valorização dos fatos. Luiz Romero diz que “algumas informações históricas são necessárias para que possamos encontrar substâncias literárias” (Lima, 2000, p. 05), mas não faz menção a nenhuma abordagem conceitual ou teórica. Na segunda edição de *Presença da Literatura Piauiense nos Vestibulares* (2001), Luiz Romero ainda reforça: “Dividimos este breve estudo com base numa nova concepção cronológica capaz de nortear a literatura de expressão local, até que se possa estabelecer outra periodização” (Lima, 2001, p. 05). Francisco Miguel de Moura, por outro lado, menciona que “não obstante a teoria contida nas suas primeiras páginas, este é um livro prático, mas ao mesmo tempo abrangente” (Moura, 2001, p. 09). Por “prático”, o autor parece considerar os dados cronológicos e factuais. As “páginas” teóricas do livro se distribuem nos tópicos *O que é Literatura*, *Literatura Piauiense* e *Literatura e História Literária*. Encerradas tais páginas teóricas, as demais seções do livro

³ Roberto Acízelo menciona o Parecer nº 492/2001, de 03/04/2001. Anteriormente a esse parecer, o Decreto-lei nº 1.190, de 04/04/1939 determinava a obrigatoriedade da disciplina com o nome de Literatura Brasileira. Isso foi mantido com a reforma educacional em 1962, com o Parecer nº 283/62, de 19/10/1962.

são de cunho pragmático, de conteúdo. A teoria e a prática, ou melhor, os fatos, não mantiveram a convergência ao longo de todo o livro.

Tomando os exemplos dos livros de Luiz Romero e Francisco Miguel de Moura, percebe-se que, ora se adentra diretamente no conteúdo, ora se faz um panorama teórico para, somente após, apresentar o assunto. Por esse diapasão, nota-se que

[...] com frequência as histórias literárias entram direto no assunto – o desenvolvimento histórico de certa tradição linguístico-literária nacional –, sem se preocupar por autojustificar-se como projeto disciplinar ou científico, nem tampouco em dar satisfações sobre sua metodologia e fundamentação conceitual. Às vezes, contudo, fazem preceder à parte essencial da exposição uma síntese dos princípios teóricos adotados, à maneira de preâmbulo, mas sempre de reduzidas proporções, se comparada com os capítulos propriamente nucleares que se lhe seguem (Souza, 2014, p. 10).

As relações da produção literária com as dimensões legislativas, educacionais e editoriais remetem à complexidade do campo literário e da história da leitura e da literatura. Nesse mesmo quadro, ainda há os limites e perspectivas que ainda se instauram nas relações entre história e literatura. Relações essas ainda marcadas por conceitos ligados às noções de narrativa, no tocante ao aspecto ficcional ou científico. Dessa maneira, é salutar dizer que

O abismo entre literatura e história, entre o conhecimento estético e o histórico, faz-se superável quando a história da literatura não se limita simplesmente a, mais uma vez, descrever o processo da história geral conforme esse processo se delineia em suas obras, mas quando, no curso da “evolução literária”, ela revela aquela função verdadeiramente constitutiva da sociedade que coube à literatura, concorrendo com as outras artes e forças sociais, na emancipação do homem de seus laços naturais, religiosos e sociais. Se, em função dessa tarefa, vale a pena ao estudioso da literatura superar sua postura a-histórica, aí se encontrará também uma resposta à questão acerca de com que finalidade e com que direito pode-se ainda hoje — ou novamente hoje — estudar a história da literatura (Jauss, 1994, p. 73).

Tal campo agrega os conflitos que se constituíram, inclusive com os caminhos da teoria da literatura, que, “no sistema educacional brasileiro, estreia na década de 1960, e passa a concorrer com literatura nacional, disciplina que a precedia exatamente de um século, ensinada que era entre nós desde 1860” (Souza, 2014, p. 33). Na década de 1970, “já é a principal referência acadêmica na área dos estudos literários” (Souza, 2014, p. 33), coincidindo com a “estruturação da pós-graduação em Letras nas universidades brasileiras, onde seu ensino passaria a ter um lugar de destaque amplamente reconhecido” (Souza, 2014, p. 33).

Considerações Finais

Além disso, os estudos culturais, segundo Roberto Acízelo, também contribuíram para os estranhamentos, e o próprio amadurecimento, no seio da história da literatura, pois permitiu pensar sobre seu status a partir dos limites e possibilidades das posturas culturalistas. Em meio às propostas relativizantes dos conceitos, viu-se que, mesmo admitindo possibilidades de representação e de interpretação, o “campo literário” e “científico” apresentam referentes que “limitariam” tais relatividades. A crítica feita por Roberto Acízelo se resume, de certo modo, ao dizer que “como os estudos culturais não negam a literatura, mas apenas a inscrevem, sem qualquer direito especial, numa trama de produtos os mais variados, podemos tentar depreender o conceito que dela fazem” (Souza, 2014, p. 36).

Talvez, em meio a esse emaranhado de problemáticas, o maior desafio de se prosseguir com os estudos de história da literatura, seja o de encontrar pontos de equilíbrio entre as dimensões teórico-conceituais e os fatos. A narrativa dessa história literária, como o conjunto daquilo que se escreve e debate sobre a literatura, passa, assim, por esse desafio. O desafio de teorizar os conceitos ditos universalizantes, por meio de adjetivos como o de “nacional”, sem perder de vista os referentes cronológicos e espaciais se faz necessário para se apresentar a “literatura piauiense” como algo cujo processo é marcado por ranhuras.

As discussões sobre a existência ou não de uma “literatura piauiense”, bem como das propostas da obrigatoriedade de seu ensino nas escolas públicas e privadas, além do papel de mediação dos vestibulares e das edições didáticas e antologias, coadunam-se com a percepção de que a literatura produzida por muitos literatos piauienses, como é o caso de O. G. Rego de Carvalho, só pode ser compreendida nas ranhuras intelectuais inerentes ao próprio campo. Campo este que, inclusive, está marcado por subjetividades e objetividades que se destinam para as disputas de poder, nas quais a própria literatura é esse poder, em que o que é visto como canônico ou “inovador” é friccionado. A leitura e a literatura são atrevasdas por disputas e relações de força que expressam as práticas de temporalidades e espacialidades múltiplas e singulares.

Referências

ANDRADE, Claudete Amália Segalin de. **Dez livros e uma vaga: a leitura da literatura no vestibular**. Florianópolis: EDUFSC, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROSO, Oswaldo; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Letras ao sol: antologia da literatura cearense**. 2. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1998, p. 09.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice;

CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.77.

BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001, p. 242-243.

CARVALHO, O. G. Rego de. Entrevista concedida ao Circuito Interno da Telepisa. In:

KRUEL, Kenard. **O. G. Rego de Carvalho: fortuna crítica**. Teresina: Zodíaco, 2007, p. 329-333.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. 2. ed. Alés – Portugal: Difel, 2002.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003.

D'ALGE, Carlos. **Antologia Terra da Luz: prosadores**. 2. ed. Fortaleza: Diário do Nordeste, 1998.

DALVI, Maria et al. A literatura no vestibular: traços de seu histórico e olhares recentes. **Via Atlântica**, São Paulo, N. 28, 215-230, DEZ/2015.

FIDELIS, Ana Cláudia e Silva. **Cânone Literário e Livro Didático: Mediações**. 2005. Campinas. Anais... Campinas: Uncamp, 2005, p. 03. Disponível em: <<http://www.alb.com.br/anais15/Sem12/anafidelis.htm>> . Acesso em 28 dez. 2015.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994. 78p. Disponível em: <https://ufprbrasileiraluis.files.wordpress.com/2015/02/jauss-arquivo-melhor.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2009.

LIMA, Luiz Romero. **Presença da Literatura Piauiense nos vestibulares**. Teresina: Gráfica Ibiapina, 2000.

_____. **Presença da Literatura Piauiense nos vestibulares**. 2. ed. Teresina: Gráfica Ibiapina, 2001.

LIMA, Luiz Romero et al. **UFPI – 2007: Literatura**. 3ª Etapa. 3. ed. Teresina: Fundação Quixote, 2006.

LIMA, Luiz Romero et al. **UESPI 2008/2009: Literatura, estudo das obras, resumo, análise de textos e exercícios**. 2. ed. Teresina: Halley, 2008.

MENEZES, Juliana Alves Barbosa. *Avaliação de literatura no vestibular*. **XI Congresso Internacional da Abralic. Simpósio: Tessituras, Interações, Convergências**. USP – São Paulo, 13 a 17 de julho de 2008. Disponível em: http://www.abralic.org.br/anais/cong2008/AnaisOnline/simposios/pdf/047/JULIANA_MENEZES.pdf. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

MORAES, Herculano. **Visão história da Literatura Piauiense**. 4. ed. Teresina: HM, 1997.

MOURA, Francisco Miguel de. **Literatura do Piauí: 1859-1999**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Banco do Nordeste, 2001.

NETO, Adrião. **Literatura Piauiense para estudantes**. Teresina: EDUFPI, 1996.

OLIVEIRA, Édison de. **Literatura Brasileira: vestibular de Direito e Letras**. Porto Alegre: Ética Impressora Ltda, 1964.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Martins; PAULINO, Graça; VERSIANE, Graça (Orgs.). **A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 18-38.

SOARES, Wellington et al. Apresentação. In: CARVALHO, O. G. Rego de. **Como e por que me fiz escritor**. 2. ed. Teresina: Projeto Lamparina, 1994, p. 09-12.

SOUZA, Roberto Acízelo. **História da literatura: trajetória, fundamentos, problemas**. São Paulo: É Realizações, 2014.

VASCONCELOS, Anazildo et al. **Literatura no vestibular**. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1975.

Recebido em: 12 janeiro de 2024

Aprovado em: 15 de maio de 2024